



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL
(Versão 02)
CREDENCIAMENTO N.º 356/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 20256/2024 – SEGEPLAN
ID(TCEES): 2024.069E0600001.17.0001

O **MUNICÍPIO DA SERRA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**, por meio do AGENTE DE CONTRATAÇÃO, devidamente constituído pelo Decreto Municipal nº 5.619/2023, torna público que fará realizar o **CREDENCIAMENTO de LEILOEIROS OFICIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DA SERRA/ES**, com *fulcro* no Art. 6, inc. XLIII da Lei 14133/21, conforme **Processo Administrativo nº 20256/2024 – SEGEPLAN**, devidamente aprovado pela autoridade competente. O presente Credenciamento será regido nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 5.618, de 29 de dezembro de 2023, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Credenciamento será realizado em sessão pública, por meio eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro funcional deste Município, denominado Agente de Contratação e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "**Portal de Compras Públicas**", constante da página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br/

1.2 A documentação relacionada neste edital para fins de credenciamento deverá ser encaminhada através do link: www.portaldecompraspublicas.com.br. Os interessados deverão inserir seu requerimento e documentos no sistema, durante o período definido neste edital.

1.3 Os interessados deverão observar as datas e os horários limites previstos para a abertura e envio da documentação de habilitação, atentando também para a data e horário fixados para início da sessão pública, a saber:

Início do Acolhimento dos Documentos de Habilitação	Dia: 09/09/2024 às 14h:00min
Limite para o Acolhimento dos Documentos de Habilitação	Dia: 19/09/2024 às 10h:00min
Início da Sessão Pública	Dia: 19/09/2024 às 10h:01min
Limite para Impugnação e/ou Esclarecimentos	Dia: 16/09/2024 às 23h59min
Agente de Contratação	NELSON COSTA ROCHA

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.5. A participação de qualquer proponente no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

1.6. O Edital de Credenciamento e seus Anexos, encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser acessados por meio do link: www.portaldecompraspublicas.com.br/, no sítio eletrônico do Município de Serra, cujo acesso poderá ser realizado pelo link: <http://www.transparencia.serra.es.gov.br>

1.7. Faz parte integrante do presente Edital os seguintes Anexos:

- a) **Anexo I** – Minuta de Contrato
- b) **Anexo II** – Termo de Referência;

1.7.1. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

- a) **Anexo I** – Termo de compromisso de Manutenção de Sigilo respeito à legislação de proteção de dados
- b) **Anexo II** - Requerimento de Credenciamento;
- c) **Anexo III** - Termo de Compromisso do Leiloeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

d) **Anexo IV** - Declaração do Leiloeiro/Infraestrutura.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto deste Edital é o **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DA SERRA/ES**, na forma definida pela legislação pertinente, de acordo com as especificações e condições constantes no Anexo II - Termo de Referência e demais disposições deste Edital e seus Anexos.

2.2. A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) do valor do imóvel arrematado e o pagamento será realizado pelo arrematante diretamente ao leiloeiro.

3. DOS PRAZOS, LOCAL E REQUERIMENTO DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Edital de Credenciamento de Leiloeiros e seus Anexos, encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser acessados por meio do link: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, no sítio eletrônico do Município de Serra, cujo acesso poderá ser realizado pelo link: <http://www.transparencia.serra.es.gov.br>.

3.2. O requerimento para habilitação dos interessados será feito das **14h:00min do dia 27/08/2024** até às **10h:00min do dia 09/09/2024**, na plataforma Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br/

3.3. A documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e declarações serão recebidas pela plataforma Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br/

3.4. O presente credenciamento ficará permanentemente aberto para novos interessados.

3.5. Os requerimentos de novos credenciamentos não realizados no prazo previsto no subitem 3.2, poderão ser solicitados, a qualquer tempo, mediante envio da documentação de habilitação, através do link www.portaldecompraspublicas.com.br/

3.6. As solicitações de novos credenciamentos serão analisadas e julgadas, no prazo de até 30 (trinta) dias, salvo força maior ou caso fortuito, cujo resultado será publicando em até 05 dias úteis da decisão, no Diário Oficial Município da Serra, bem como no Portal de Compras Públicas.

3.7. O credenciamento de leiloeiros será analisado, fiscalizado e julgado pelo Agente de Contratação auxiliado pela Comissão Permanente Auxiliar para Assessoramento nas demais Modalidades de Licitação, em conformidade com as condições estipuladas neste Termo e seus Anexos.

3.8. O Agente de Contratação auxiliado pela Comissão Permanente Auxiliar para Assessoramento nas demais Modalidades de Licitação, verificará se os documentos apresentados cumprem as condições de credenciamento, dos impedimentos, de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica, declarando o proponente habilitado, em caso positivo.

3.9. Serão declarados inabilitados os interessados que não cumprirem com os requisitos e condições especificadas no subitem anterior deste Termo e no Edital de Credenciamento nº 356/2024.

3.10. O Agente de Contratação auxiliado pela Comissão Permanente Auxiliar para Assessoramento nas demais Modalidades de Licitação, divulgará no Diário Oficial Município da Serra e no site: <http://www.transparencia.serra.es.gov.br>, lista com o resultado do credenciamento, cabendo recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data de divulgação.

3.11. O Agente de Contratação auxiliado pela Comissão Permanente Auxiliar para Assessoramento nas demais Modalidades de Licitação, divulgará a lista definitiva dos habilitados, após a conclusão da análise dos eventuais recursos, pelos meios oficiais especificadas no subitem anterior.

4. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento vigorará por prazo indeterminado, com início a partir da publicação dos nomes dos leiloeiros credenciados.

4.2. Os contratos oriundos do credenciamento terão vigência a partir do dia subsequente ao da publicação do seu resumo no Diário Oficial pelo período de 12 (doze) meses, a ser estabelecido no respectivo instrumento de contrato, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração, sem prejuízo da obrigação de prestação de contas decada leilão e demais obrigações do contratado.

4.3. Os contratos poderão ser prorrogados, excepcionalmente, dentro dos limites previstos pela Lei Federal 14.133/21.

5. DA IMPUGNAÇÃO, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL E RECURSOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, observado o disposto no artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão ser ofertados formalmente, por meio eletrônico, através do sistema Portal de Compras Públicas



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

5.2. Todas as decisões e termos de esclarecimentos referentes ao certame serão publicados no www.portaldecompraspublicas.com.br/ no prazo legal, cabendo aos interessados manter o acompanhamento quanto às atualizações das informações.

5.3. Em caso de acolhimento da impugnação, será publicado edital retificado.

5.4. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão do agente de contratação será motivada nos autos.

5.5. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria, no endereço eletrônico ouvidoria@serra.es.gov.br, para os usuário denunciarem eventuais irregularidades na execução do credenciamento.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste credenciamento os Leiloeiros Oficiais devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, de acordo com o art. 24 da Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial nº 17/2013, de 05/12/2013 (IN DREI nº 17/2013), e que atenderem a todas as exigências deste ETP e anexos.

6.1.1. Não será admitido o credenciamento individual de preposto, sendo que este somente poderá representar o Leiloeiro Oficial devidamente credenciado, quando de seus impedimentos legais comprovados, respeitado o disposto no art. 31 da IN DREI nº 17/2013.

6.1.2. Não será admitido credenciamento de leiloeiro associado a um ou mais leiloeiro, o que prejudica a isonomia na competição.

6.2. Considera-se impedido de participar do credenciamento o leiloeiro oficial que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

6.2.1. Seja servidor, ocupante de cargo em comissão, terceirizado ou estagiário de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Direta ou Indireta do Município da Serra, Espírito Santo;

6.2.2. Esteja cumprindo as penalidades previstas no artigo 156, inciso III e IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, ainda que impostas por Ente Federativo diverso do Município da Serra, Espírito Santo;

6.2.3. Esteja com sua inscrição de leiloeiro oficial suspensa na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES;

6.2.4. Que não preencha as condições de credenciamento, quanto à capacidade técnica, jurídica ou regularidade fiscal especificadas no item 4.3 do Termo de Referência;

6.2.5. Que tenha sido descredenciado da prestação de serviço de leiloeiro oficial do Estado do ES nos últimos dois anos que antecedem o pedido de credenciamento, por processo deflagrado pela Administração Pública Municipal.

6.2.6. Os leiloeiros oficiais credenciados, bem como os integrantes da respectiva equipe, não poderão, em hipótese nenhuma, arrematar os bens em Leilão por eles mesmos realizados.

7. HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

7.1. REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

7.1.1. Conforme modelo constante do Anexo II do Termo de referência.

7.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional (Habilitação, ou Passaporte, ou Carteira Profissional);
- b)** Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como, Comprovante de situação cadastral do CPF, que pode ser obtido no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);
- c)** Certidão da matrícula na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, emitida em data posterior a publicação do Edital de Credenciamento, comprovando o registro naquela junta como Leiloeiro Oficial, bem como sua regularidade para o exercício da serventia, na forma das disposições do Decreto n.º 21.981/32;
- d)** Certidão emitida pelo Cartório de Distribuição do domicílio do leiloeiro referentes à área cível e criminal, da Justiça Estadual;
- e)** Certidão emitida pelo Cartório de Distribuição do domicílio do leiloeiro referentes a execução fiscal;
- f)** Certidão emitida pelo Cartório de Distribuição do domicílio do leiloeiro referentes à Certidão emitida pela Justiça



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Federal;

- g) Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida em seu domicílio, emitida, no máximo nos 60 (sessenta) dias anteriores a data prevista para a realização deste credenciamento.

7.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.3.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, referente à Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, que poderá ser solicitada no site <http://receita.economia.gov.br>;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, que poderá ser solicitada no site <https://internet.sefaz.es.gov.br>;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal referente ao domicílio do interessado; que poderá ser retirada no site <http://www.serra.es.gov.br>.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que poderá ser retirada no site <http://www.tst.jus.br>.
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF, ou, se não for empregador, declaração nestes termos; <https://www.fgts.gov.br/>

7.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação de que o proponente presta ou prestou, sem restrição, serviço de natureza semelhante ao objeto do credenciamento, ou seja, ter realizado Leilão de Bens Imóveis.

- a) Os atestados apresentados deverão conter o nome, CNPJ, endereço, telefone e e-mail dos declarantes e ser devidamente assinados;

7.4.2. Termo de Compromisso, conforme modelo constante do Anexo III do Termo de Referência;

7.5. DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

7.5.1. Declaração de Infraestrutura, conforme modelo constante do Anexo IV, expedida pelo proponente, de que possui condições de realizar Leilões "online", com transmissão ao vivo de áudio e vídeo simultaneamente, atendendo às seguintes exigências:

- I. Possibilitar, no Leilão eletrônico, a projeção em tela de tamanho visível elegível a todos os participantes do Leilão presencial, da descrição do lotee dos respectivos lances recebidos, ou ainda os ofertados via internet, bem como dos lances que não receberam lances após serem ofertados;
- II. Possibilitar o Leilão on-line, com transmissão ao vivo de áudio e vídeo do leiloeiro no momento do leilão;
- III. Possibilitar a realização do Leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet;
- IV. Possuir mecanismo que permita a apresentação somente de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote;
- V. Possibilitar que a cada lance, via internet, seja o participante informado, de imediato, do recebimento do lance ofertado;
- VI. Deter disponibilidade de site que possibilite a realização de Leilão pela internet, inclusive com lances on-line, e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados;

7.5.2. Declaração, expedida pelo proponente, de que divulgará o evento em endereço eletrônico e outros meios para ampliar a publicidade e a competitividade da Leilão, contendo no mínimo os quantitativos e características dos bens e lotes, fotos, edital, contatos do leiloeiro, bem como afixar o edital do Leilão em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração.

7.5.3. Declaração, expedida pelo proponente, de que todas as despesas inerentes à execução dos leilões correrão por sua conta, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do Leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à SEGEPLAN nenhuma responsabilização;

7.5.4. Declaração DE CIÊNCIA, expedida pelo proponente, de que não será devida pela Administração nenhuma comissão ao Leiloeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

7.5.5. Declaração, expedida pelo proponente indicando o endereço eletrônico por meio do qual realizará os leilões. Deverá constar da declaração, conforme o caso concreto, que a página possui todos os requisitos de segurança e confiabilidade para a realização de leilões atendendo aos requisitos do edital em referência.

7.5.6. Declaração, expedida pelo proponente, de que não é servidor, ocupante de cargo em comissão, terceirizado ou estagiário de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Direta ou Indireta do Município da Serra, Espírito Santo.

7.6. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

7.6.1. O Agente de Contratação examinará a documentação apresentada, decidirá sobre a habilitação ou inabilitação dos proponentes, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, e dará ciência da decisão e de sua motivação no Diário Oficial do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico do Município de Serra, cujo acesso poderá ser realizado pelo link: <http://www.transparencia.serra.es.gov.br> e na plataforma Portal de Compras Públicas, no link: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

7.6.1. O agente de contratação poderá solicitar esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.

7.6.2. Em caso de indeferimento da solicitação de credenciamento, caberá recurso da decisão do agente de contratação, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação da decisão de indeferimento.

7.6.3. O recurso deverá ser interposto perante o agente de contratação que prolatou a decisão, exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, sendo-lhe facultado retratar-se no prazo de 3 (três) dias úteis, caso em que poderá pedir a complementação da documentação ou esclarecimentos sob pena de novo indeferimento.

7.6.4. Se a decisão recorrida for mantida, o recurso será encaminhado para julgamento da autoridade superior responsável pelo certame ou ao qual a gestão do contrato esteja vinculada ou ocupante de cargo equivalente.

7.6.5. O indeferimento do pedido de credenciamento não inibe a sua reapresentação pelo interessado, condicionado ao preenchimento da exigência não atendida no pleito anterior.

7.6.6. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Agente de Contratação considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município da Serra, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente.

7.6.7. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

8. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

8.1. A Administração Pública não conhece a totalidade de quantitativo possível de imóveis municipais a serem indicados para alienação. Atualmente tem-se conhecimento de um imóvel dominical com a devida autorização legislativa para alienação, por meio de leilão público.

9. DAS REGRAS PARA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

9.1. A distribuição dos serviços se dará de acordo com as necessidades do CONTRATANTE.

9.2. Após a publicação da lista definitiva dos Leiloeiros Oficiais credenciados habilitados, será realizado sorteio entre todos, em sessão pública previamente agendada, para formação de lista de classificação, para posterior convocação para contratação da prestação dos serviços.

9.3. A lista de classificação dos Leiloeiros Oficiais credenciados ficará permanentemente disponibilizada no sítio eletrônico oficial do Município da Serra.

9.4. Respeitada a ordem de classificação, na convocação do Leiloeiro Oficial para assinatura do contrato serão informados o quantitativo e dados do(s) bem(ns) a serem leiloados e a forma de realização do leilão, ou seja, se eletrônico, eletrônico e presencial simultaneamente ou somente presencial e, neste último caso, desde que comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, respeitando os critérios previstos no presente instrumento;

9.5. É facultado ao Leiloeiro Oficial convocado para assinar o contrato, recusar o serviço, devendo justificar os motivos da recusa por meio de ofício, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação da convocação.

9.6. Em caso de recusa, será convocado o próximo Leiloeiro Oficial credenciado, observada a ordem de classificação.

9.7. O Leiloeiro Oficial que, por motivo justificado, não assinar o contrato para realização do Leilão na sua ordem de classificação, entrará na próxima convocação de Leiloeiro Oficial, exceto se estiver suspenso ou impedido.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

9.8. Os procedimentos pertinentes a convocação de Leiloeiros Oficiais credenciados e realização de novos certames poderão ocorrer concomitantes com o prazo de vigência de contrato com Leiloeiro credenciado antecedente.

9.9. O Leiloeiro Oficial contratado não poderá participar das convocações seguintes, até que todos os credenciados sejam contratados, ocasião em que as convocações serão reiniciadas contemplando todos os Leiloeiros credenciados.

9.10. O Leiloeiro Oficial credenciado que recusar o serviço por 03 (três) vezes durante a validade do credenciamento será descredenciado, independente do motivo.

9.11. Em caso de rescisão contratual, será realizada a convocação do próximo Leiloeiro Oficial credenciado, observados os critérios deste instrumento para distribuição.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Prestar serviços de leiloeiro nos leilões de imóveis de propriedade do Município da Serra/ES, observando as disposições da Lei 14.133/21 e suas atualizações e as regras do Edital de Credenciamento, bem como os demais dispositivos legais pertinentes à matéria;

10.2. Promover Leilão na forma eletrônica ou eletrônica e presencial simultaneamente ou somente presencial, previamente definido pelo CONTRATANTE;

10.3. Disponibilizar o Leilão eletrônico, o Leilão eletrônico e presencial, em tempo real à ocorrência do presencial, com transmissão de áudio e vídeo do leiloeiro oficial, possibilitando acesso às informações prestadas ao vivo, de modo a garantir a isonomia do certame. No caso de realização de Leilão presencial, a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, conforme § 2º e §5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4. Disponibilizar representantes para acompanhar a Comissão Permanente para Execução de Atos de Apoio ao Leilão da contratante no período que antecede o Leilão, inclusive quando do período de visitação do imóvel para informações aos interessados;

10.5. Identificar, vistoriar, avaliar, cadastrar e fotografar os lotes dos bens imóveis, sendo facultada a consulta por escrito a CONTRATANTE em caso de dúvidas, sem transferência de responsabilidades ao CONTRATANTE;

10.6. As fotos dos bens imóveis devem contemplar no mínimo a frente, ambos os lados, fundos e interior, sendo necessário no mínimo 10 (dez) fotos por imóvel sem edificações e nos casos de imóveis edificados tantas fotos quanto necessárias a fim de possibilitar a visualização de todos os cômodos do imóvel.

10.7. Conferir as informações e documentos recebidos relativos aos imóveis, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei.

10.8. Verificar junto aos Entes Públicos a existência de débitos, impedimentos judiciais, administrativos e congêneres, comunicando à SEGEPLAN as ocorrências encontradas, sem prejuízo da sua inteira responsabilidade quanto às informações relacionadas às pendências e/ou irregularidades em todos os meios de divulgação do Leilão, ou seja, catálogos, sites, panfletos e afins;

10.9. Elaborar a minuta do edital do leilão contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I- Descrição do bem imóvel, com suas características, situação e divisas, com remissão às matrículas e aos registros;
- II- Registros fotográficos dos bens conforme previsto no subitem 10.5.
- III- Valor pelo qual o bem foi avaliado, preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, condições de pagamento, comissão do leiloeiro oficial e valor da caução;
- IV- Indicação do lugar onde está localizado o bem imóvel a ser leiloado, para visitação dos interessados possam, em data e horário estabelecidos;
- V- Sítio da internet e período em que ocorrerá o Leilão;
- VI- Especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências de qualquer natureza existentes sobre o bem a ser leiloado
- VII- Critério de julgamento das propostas pelo maior lance, nos termos do inciso V do art. 33 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- VIII- Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação a lances intermediários, quando admitidos, quanto a lance que cobrir a melhor oferta;
- IX- Data do Leilão, com horário de início de sua realização e endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento;
- X- Modo de disputa;
- XI- Possibilidade ou vedação de envio de lances intermediários;
- XII- Condições e requisitos para exercício do direito de preferência de que trata o art. 77 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando cabível;



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- XIII-** A outorga de escritura pública e do registro em cartório competente, cabendo ao arrematante todas as despesas incidentes sobre o negócio.
- XIV-** Hipóteses de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 10.10.** As informações de que trata o subitem 10.16. serão inseridas no sistema pelo Leiloeiro.
- 10.11.** O prazo fixado para abertura do Leilão e o envio de lances não será inferior a 15 (quinze) dias úteis, contado a partir da data de divulgação do Edital.
- 10.12.** A Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.
- 10.13.** Proceder a publicação da divulgação do Edital e do resultado do Leilão, às suas expensas, nos seguintes meios:
- I-** Jornal de grande circulação; e
 - II-** Afixação em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração;
- 10.14.** Efetuar ampla publicidade do Leilão, divulgando o evento em redes sociais, internet e outros meios de comunicação disponíveis à época, para dar ampla publicidade ao certame e aumentar a competitividade entre licitantes, nos termos do § 3º do art. 31 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.15.** Disponibilizar, por meio eletrônico, o Leilão, para lances prévios, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de realização do Leilão;
- 10.16.** Disponibilizar catálogo virtual para Leilão, mediante a aprovação da SEGEPLAN quanto à sua formatação, com antecedência mínima de 15(quinze) dias úteis que antecedem a data de realização do Leilão, contendo no mínimo:
- I-** Listagem dos bens imóveis do Leilão, constando, entre outros, o nº do lote, endereço, área, matrícula cartorial, restrições, ônus, gravames e valor do lance inicial;
 - II-** Data do Leilão, com horário de início e previsão de término;
 - III-** Endereço eletrônico para visualização dos bens e realização do leilão;
 - IV-** Locais de visita dos bens, com data, horário de início e término das visitas;
 - V-** Endereço do escritório, na Grande Vitória, telefones e e-mails de contato do leiloeiro, para dirimirem-se dúvidas e realizarem-se os atendimentos aos arrematantes e à Contratante;
 - VI-** Informações e condições gerais sobre o Leilão (Resumo do Edital de Leilão);
 - VII-** Outras informações pertinentes.
- 10.17.** Disponibilizar, no site de realização do Leilão, as informações pertinentes, sob exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, contendo:
- I-** Todos os itens previstos no catálogo virtual para Leilão, especificados no subitem 10.16;
 - II-** Edital do Leilão;
 - III-** Orientações aos arrematantes, no site do leilão ou ainda em outros instrumentos de divulgação, quanto aos mecanismos corretos e seguros de pagamento, visando combater falsificações e quaisquer tentativas de fraude;
- 10.18.** A ausência de divulgação, da descrição correta e de restrições que recaiam sobre os bens são de inteira responsabilidade do leiloeiro oficial.
- 10.19.** Obedecer ao prazo para visita dos lotes, sendo, no mínimo, 08 (oito) dias antes da data de realização do Leilão definido pela CONTRATANTE no Edital, vedado o Leilão de qualquer lote sem o atendimento deste prazo e do prazo para a respectiva publicidade.
- 10.20.** Disponibilizar representantes para acompanhar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão da contratante e também para atendimentos aos visitantes interessados nos bens especificados no certame, no local e pelo prazo de visita definidos no Edital de Leilão.
- 10.21.** Possuir rede lógica com acesso à internet, equipamentos de informática, som, recursos de projeção de imagem, impressão e outros necessários à perfeita, segura e tempestiva realização do certame eletrônico com transmissão ao vivo do leiloeiro em atividade;
- 10.22.** Disponibilizar o Leilão eletrônico ou o Leilão eletrônico e presencial, em tempo real à ocorrência do presencial, com transmissão de áudio e vídeo do leiloeiro oficial, possibilitando acesso às informações prestadas ao vivo, de modo a garantir a isonomia do certame. No caso de realização de Leilão presencial, a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, conforme §§ 2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.23.** Possuir infraestrutura necessária para atendimento da Contratante e dos arrematantes, em espaço próprio ou locado, em



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

qualquer município da Grande Vitória, com equipamentos de informática, acesso à internet, recursos e insumos de impressão e todos os demais necessários à prestação de perfeito, seguro e tempestivo atendimento, devida emissão, confrontação, conferência, assinaturas e entrega de Notas de Arrematação entre outros documentos necessários, na forma da lei.

10.24. No caso de leilão presencial ou eletrônico e presencial, o local para a realização do leilão deverá ser situado no Município da Serra, sendo necessária a anuência da CONTRATANTE.

10.25. Realizar o leilão em local, dia e hora previamente agendado, conforme o Edital de Leilão, obedecendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para visitação do local dos bens imóveis, antes da realização do leilão, reservada a contratante a faculdade do seu reagendamento.

10.26. Presidir os atos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos, com a devida prestação de contas;

10.27. Disponibilizar equipe de apoio no dia, hora e local, em caso de leilão presencial, para atendimento ao público e realização do evento.

10.28. Emitir a documentação exigível decorrente da arrematação, tais como:

- I- Nota de arrematação do bem imóvel arrematado, em nome do titular do lance vencedor;
- II- Comprovante de pagamento da arrematação do bem na forma prevista no Edital, encaminhado pelo arrematante;
- III- Outros documentos porventura exigidos pelo CONTRATANTE.

10.29. Receber diretamente do arrematante/comprador a comissão devida pela arrematação do bem no Leilão, na proporção de 5% (cinco por cento) do lance vencedor, conforme art. 24 do Decreto nº 22.427, de 1933 que alterou o Decreto 21.981/32;

10.30. Disponibilizar pessoal, por no mínimo 30 (trinta) dias úteis após o Leilão, para atender os arrematantes quanto ao cumprimento das exigências relacionadas ao Leilão, possibilitando a consolidação da transferência de titularidade do bem arrematado;

10.31. Providenciar documentos pertinentes ao imóvel arrematado e às partes contratantes junto aos Entes Públicos, bem como os respectivos protocolos e o acompanhamento até a conclusão da transferência definitiva do imóvel em nome do arrematante, nos cadastros do Município, dos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, da SPU e do INCRA, quando for o caso;

10.32. Exigir dos arrematantes a assinatura no instrumento de compra e venda, na escritura pública, referente ao imóvel arrematado, mediante notificações por escrito;

10.33. Prestar as informações solicitadas pelo setor requisitante ou Comissão constituída, antes, durante ou depois do Leilão, até a prestação de contas do Leilão;

10.34. Efetuar a publicação do resultado do Leilão nos mesmos meios relacionados no subitem 10.13, antes da entrega da Prestação de Contas ao CONTRATANTE, constando os nº dos lotes vendidos ou outros dados que permitam identificá-los.

10.35. Entregar a prestação de contas do Leilão contendo, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) Edital do Leilão assinado pelo leiloeiro contendo os anexos com a descrição do imóvel, preço mínimo pelo qual poderá ser alienado e relatório fotográfico do bem imóvel;
- b) resumo do Edital de Leilão, publicado no Diário Oficial do Município da Serra e em Jornal de grande circulação.
- c) Comprovante de publicação do Edital de Leilão no sítio eletrônico oficial, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- d) Comprovante da afixação do Edital de Leilão em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração;
- e) Comprovar a realização de ampla publicidade do Leilão, por meio de catálogo virtual eletrônico, divulgando o evento em redes sociais, internet e outros meios de comunicação disponíveis à época, para aumentar a competitividade entre licitantes;
- f) Comprovar a disponibilização de pessoal para atender os interessados pelos lotes, a Administração e arrematantes em todo o processo do leilão até o registro da escritura pública em Cartório de Registro competente.
- g) Ata da sessão do Leilão
- h) Cópia das notas de arrematação dos bens arrematados;
- i) Cópia dos comprovantes de depósito/ quitação do bem imóvel arrematado no DUA da arrematação;
- j) Declaração do Leiloeiro, por lote, de que o arrematante cumpriu todas as condições e etapas necessárias à conclusão da arrematação;
- k) Relatório do dia do Leilão, contendo no mínimo os seguintes itens: nº do lote, status (vendido ou não vendido), tipo da venda (presencial ou on-line), descrição do bem, valor da avaliação inicial, valor da arrematação, CPF/CNPJ do



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

arrematante, UF do arrematante;

- l) Relatório sintético do Leilão contendo, no mínimo: total da avaliação inicial, total do valor arrematado, porcentagem da arrematação em relação à avaliação inicial, quantidade de lotes leiloados, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não pagos, quantidade de lances totais, quantidade de lances eletrônicos e presenciais;
- m) Relatório analítico do Leilão, contendo no mínimo os seguintes itens: lote, descrição, valor da avaliação inicial, valor da arrematação, CPF/CNPJ do arrematante, UF do arrematante, detalhamento de lances por lote;
- n) Relatório de detalhamento dos bens sobre os quais constem pendências administrativas e as notificações expedidas;
- o) Prestação de contas deverá ser entregue em até 90 (noventa) dias corridos após a realização do leilão, informando à SEGEPLAN sobre eventuais pendências que impossibilitaram a entrega total da prestação de contas, sem prejuízo da responsabilidade pela resolução de pendências porventura identificadas;
- p) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar à Administração ou a terceiros, ainda que de forma culposa, comissiva ou omissiva, decorrente de sua atividade, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata, sem prejuízo de demerções e/ou penalidades aplicáveis;
- q) Cumprir a legislação aplicável à execução do Leilão e às atividades previstas no contrato firmado;
- r) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas quando do credenciamento, durante toda a execução do contrato;
- s) Receber, diretamente do arrematante, a comissão devida pela arrematação do bem no Leilão, na proporção de 5% (cinco por cento) do lance vencedor, conforme parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;
- t) O CONTRATADO obriga-se a restituir ao arrematante o valor pago a título de comissão, sem direito a reembolso pelo CONTRATANTE, nos casos em que a venda não for concretizada por ato de responsabilidade do CONTRATADO ou por fato superveniente;
- u) Prestar os serviços sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Assegurar o acesso do Leiloeiro aos bens imóveis a serem leiloados, observando as normas vigentes.
- 11.2. Prestar as informações necessárias e disponíveis, quando demandado.
- 11.3. Exigir o cumprimento do serviço em conformidade às cláusulas do contrato.
- 11.4. Zelar pela qualidade do serviço, apurando eventuais reclamações recebidas, sem prejuízo das responsabilidades do CONTRATADO.
- 11.5. Notificar o Leiloeiro Oficial em caso de irregularidades na execução do serviço prestado, fixando prazo para correção pontual, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
- 11.6. Intervir na prestação do serviço, retomá-lo ou extinguir o contrato, se for o caso, conforme legislação vigente e condições contratuais.
- 11.7. Acompanhar e fiscalizar o contrato da prestação do serviço, aplicando penalidades quando cabíveis.
- 11.8. Designar formalmente o servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, competindo-lhe atestar a realização do serviço contratado, observando as disposições deste Contrato.
- 11.9. Cabe a Comissão Permanente para execução de Atos de Apoio ao Leilão deliberar sobre o relatório circunstanciado conclusivo do Leilão, onde deverão estar indicados e demonstrados de forma clara e objetiva, todos os eventos relacionados com o procedimento, inclusive a prestação de contas relativamente às despesas e receitas vinculadas ao leilão.
- 11.10. Cabe ao Município providenciar a publicação da divulgação do Edital e do resultado do Leilão, nos seguintes meios:
 - I. Sítio eletrônico oficial;
 - II. Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; e
 - III. Diário Oficial do Município da Serra.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12.1. O credenciamento vigorará por prazo indeterminado, com início a partir da publicação dos nomes dos leiloeiros credenciados.
- 12.2. Os contratos oriundos do credenciamento terão vigência a partir do dia subsequente ao da publicação do seu resumo no



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Diário Oficial e fim em período de até 12 (doze) meses, a ser estabelecido no respectivo instrumento de contrato, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração, sem prejuízo da obrigação de prestação de contas decada leilão e demais obrigações do contratado.

12.3. Os contratos poderão ser prorrogados, excepcionalmente, dentro dos limites previstos pela Lei Federal 14.133/21.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O leiloeiro terá direito a receber a comissão de 5% (cinco por cento) para bens imóveis, a ser paga pelo arrematante, nos termos do Decreto n.º 21.981, de 1923.

13.2. Não caberá à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por cobrança de comissões devidas pelos arrematantes, nem por despesas despendidas pelo Leiloeiro Oficial para recebê-las.

14. DO DESCREDECIMENTO

14.1. O pedido de descredenciamento pelo interessado, sem a aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do contrato, ou relativamente a novos contratos com o mesmo objeto, após a contratação, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios instrumentos contratuais;

14.2. O descredenciamento por ato da administração pública poderá se dar, dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do credenciamento:

- a) por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;
- b) por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte dos credenciados;
- c) pela rescisão do contrato decorrente do credenciamento por culpa dos credenciados;
- d) pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou Declaração de Inidoneidade.

14.3. A ausência de manutenção das condições iniciais, o descumprimento das exigências editalícias, do contrato ou da legislação pertinente poderá ensejar o descredenciamento do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa.

14.4. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos já assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo, em casos de irregularidade na execução do serviço, a aplicação de sanções, definidas no artigo 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

15.3. Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.4. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.5. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.6. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

15.7. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Administração Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

16.1. No julgamento da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação

16.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

16.6. Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

16.7. A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

16.8. Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica.

16.9. Dúvidas, esclarecimentos e consultas acerca da operacionalização da plataforma Portal de Compras Públicas deverá ser realizada pelo(s) telefone(s):

Capitais, Regiões Metropolitanas e WhatsApp: 3003-5455

Região Sul: (48) 3771-4672 | (51) 3103-9615

Outras Regiões: 0800 730 5455

E-mail: falecom@portaldecompraspublicas.com.br

Serra/ES, 26 de agosto de 2024.

ALDINAR KIRMSE PEREIRA

ELIZABETH REBONATO POTRATZ

JULIA COUTINHO ARAÚJO DA SILVA PIMENTEL

JULIO CESAR ROCON

VIRGINIA MOTA SODRÉ

VIVIANE VALENTINA VERVLOET

JIULIANA RENATA RODRIGUES



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSESSORAMENTO DE LICITAÇÃO
Departamento de Administração de Materiais
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 356/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 20256/2024 – SEGEPLAN

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO N.º XXX/XXXX -
PROCESSO N.º XXXXX/XXXX
CREDENCIAMENTO N.º XXXXX/XXXX
ID (TCEES): XXXX.XXXXXXXXXX.XX.XXXX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO
PÚBLICO OFICIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA
SERRA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO - SEGEPLAN E O SR.(A)

O **MUNICÍPIO DE SERRA**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Maestro Antônio Cícero, Centro – Serra/ES, CEP 29.176-100, por intermédio da **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede no xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxx, representada por seu Ordenador de Despesas, Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, xxxxxx xxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxx, portadora do CPF XXX.XXX.XXX-XX, daqui por diante denominado **CONTRATANTE** e o Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Leiloeiro(a) Público(a) Oficial, brasileiro, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx(estado civil), residente à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx(endereço completo), inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, ajustam o presente **CONTRATO**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato. O presente contrato é regido pelo Art. 25, da Lei 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste Edital é o **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DA SERRA/ES**, na forma definida pela legislação pertinente, de acordo com as especificações e condições constantes no Anexo II - Termo de Referência e demais disposições deste Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do presente Contrato será pelo regime de execução indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

3.1. Não haverá indicação de despesa, pois o presente credenciamento se dará sem ônus financeiro à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA

- 4.1. O credenciamento vigorará por prazo indeterminado, com início a partir da publicação dos nomes dos leiloeiros credenciados.
- 4.2. Os contratos oriundos do credenciamento terão vigência a partir do dia subsequente ao da publicação do seu resumo no Diário Oficial pelo período de 12 (doze) meses, a ser estabelecido no respectivo instrumento de contrato, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração, sem prejuízo da obrigação de prestação de contas decada leilão e demais obrigações do contratado.
- 4.3. Os contratos poderão ser prorrogados, excepcionalmente, dentro dos limites previstos pela Lei Federal 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – ALTERAÇÕES

5.1. As alterações deste Contrato serão processadas nos termos do Artigo 124 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O leiloeiro terá direito a receber a comissão de 5% (cinco por cento) para bens imóveis, a ser paga pelo arrematante, nos termos do Decreto n.º 21.981, de 1923.

6.2. Não caberá à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por cobrança de comissões devidas pelos arrematantes, nem por despesas despendidas pelo Leiloeiro Oficial para recebê-las.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Prestar serviços de leiloeiro nos leilões de imóveis de propriedade do Município da Serra/ES, observando as disposições da Lei 14.133/21 e suas atualizações e as regras do Edital de Credenciamento, bem como os demais dispositivos legais pertinentes à matéria;

7.2. Promover Leilão na forma eletrônica ou eletrônica e presencial simultaneamente ou somente presencial, previamente definido pelo CONTRATANTE;

7.3. Disponibilizar o Leilão eletrônico, o Leilão eletrônico e presencial, em tempo real à ocorrência do presencial, com transmissão de áudio e vídeo do leiloeiro oficial, possibilitando acesso às informações prestadas ao vivo, de modo a garantir a isonomia do certame. No caso de realização de Leilão presencial, a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, conforme § 2º e § 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.4. Disponibilizar representantes para acompanhar a Comissão Permanente para Execução de Atos de Apoio ao Leilão da contratante no período que antecede o Leilão, inclusive quando do período de visitação do imóvel para informações aos interessados;

7.5. Identificar, vistoriar, avaliar, cadastrar e fotografar os lotes dos bens imóveis, sendo facultada a consulta por escrito a CONTRATANTE em caso de dúvidas, sem transferência de responsabilidades ao CONTRATANTE;

7.6. As fotos dos bens imóveis devem contemplar no mínimo a frente, ambos os lados, fundos e interior, sendo necessário no mínimo 10 (dez) fotos por imóvel sem edificações e nos casos de imóveis edificadas tantas fotos quanto necessárias a fim de possibilitar a visualização de todos os cômodos do imóvel.

7.7. Conferir as informações e documentos recebidos relativos aos imóveis, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei.

7.8. Verificar junto aos Entes Públicos a existência de débitos, impedimentos judiciais, administrativos e congêneres, comunicando à SEGEPLAN as ocorrências encontradas, sem prejuízo da sua inteira responsabilidade quanto às informações relacionadas às pendências e/ou irregularidades em todos os meios de divulgação do Leilão, ou seja, catálogos, sites, panfletos e afins;

7.9. Elaborar a minuta do edital do leilão contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Descrição do bem imóvel, com suas características, situação e divisas, com remissão às matrículas e aos registros;
- II. Registros fotográficos dos bens conforme previsto no subitem 7.5.
- III. Valor pelo qual o bem foi avaliado, preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, condições de pagamento, comissão do leiloeiro oficial e valor da caução;
- IV. Indicação do lugar onde está localizado o bem imóvel a ser leiloado, para visitação dos interessados possam, em data e horário estabelecidos;
- V. Sítio da internet e período em que ocorrerá o Leilão;
- VI. Especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências de qualquer natureza existentes sobre o bem a ser leiloado
- VII. Critério de julgamento das propostas pelo maior lance, nos termos do inciso V do art. 33 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- VIII. Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação a lances intermediários, quando admitidos, quanto a lance que cobrir a melhor oferta;
- IX. Data do Leilão, com horário de início de sua realização e endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento;
- X. Modo de disputa;
- XI. Possibilidade ou vedação de envio de lances intermediários;
- XII. Condições e requisitos para exercício do direito de preferência de que trata o art. 77 da Lei Federal nº 14.133, de 2021,



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

quando cabível;

- XIII.** A outorga de escritura pública e do registro em cartório competente, cabendo ao arrematante todas as despesas incidentes sobre o negócio.
- XIV.** Hipóteses de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 7.10.** As informações de que trata o subitem 9.16. serão inseridas no sistema pelo Leiloeiro.
- 7.11.** O prazo fixado para abertura do Leilão e o envio de lances não será inferior a 15 (quinze) dias úteis, contado a partir da data de divulgação do Edital.
- 7.12.** A Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.
- 7.13.** Proceder a publicação da divulgação do Edital e do resultado do Leilão, às suas expensas, nos seguintes meios:
- I. Jornal de grande circulação; e
 - II. Afixação em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração;
- 7.14.** Efetuar ampla publicidade do Leilão, divulgando o evento em redes sociais, internet e outros meios de comunicação disponíveis à época, para dar ampla publicidade ao certame e aumentar a competitividade entre licitantes, nos termos do § 3º do art. 31 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 7.15.** Disponibilizar, por meio eletrônico, o Leilão, para lances prévios, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de realização do Leilão;
- 7.16.** Disponibilizar catálogo virtual para Leilão, mediante a aprovação da SEGEPLAN quanto à sua formatação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis que antecedem a data de realização do Leilão, contendo no mínimo:
- I. Listagem dos bens imóveis do Leilão, constando, entre outros, o nº do lote, endereço, área, matrícula cartorial, restrições, ônus, gravames e valor do lance inicial;
 - II. Data do Leilão, com horário de início e previsão de término;
 - III. Endereço eletrônico para visualização dos bens e realização do leilão;
 - IV. Locais de visita dos bens, com data, horário de início e término das visitas;
 - V. Endereço do escritório, na Grande Vitória, telefones e e-mails de contato do leiloeiro, para dirimirem-se dúvidas e realizarem-se atendimentos aos arrematantes e à Contratante;
 - VI. Informações e condições gerais sobre o Leilão (Resumo do Edital de Leilão);
 - VII. Outras informações pertinentes.
- 7.17.** Disponibilizar, no site de realização do Leilão, as informações pertinentes, sob exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, contendo:
- I. Todos os itens previstos no catálogo virtual para Leilão, especificados no subitem 7.16;
 - II. Edital do Leilão;
 - III. Orientações aos arrematantes, no site do leilão ou ainda em outros instrumentos de divulgação, quanto aos mecanismos corretos e seguros de pagamento, visando combater falsificações e quaisquer tentativas de fraude;
- 7.18.** A ausência de divulgação, da descrição correta e de restrições que recaiam sobre os bens são de inteira responsabilidade do leiloeiro oficial.
- 7.19.** Obedecer ao prazo para visita dos lotes, sendo, no mínimo, 08 (oito) dias antes da data de realização do Leilão definido pela CONTRATANTE no Edital, vedado o Leilão de qualquer lote sem o atendimento deste prazo e do prazo para a respectiva publicidade.
- 7.20.** Disponibilizar representantes para acompanhar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão da contratante e também para atendimentos aos visitantes interessados nos bens especificados no certame, no local e pelo prazo de visita definidos no Edital de Leilão.
- 7.21.** Possuir rede lógica com acesso à internet, equipamentos de informática, som, recursos de projeção de imagem, impressão e outros necessários à perfeita, segura e tempestiva realização do certame eletrônico com transmissão ao vivo do leiloeiro em atividade;
- 7.22.** Disponibilizar o Leilão eletrônico ou o Leilão eletrônico e presencial, em tempo real à ocorrência do presencial, com transmissão de áudio e vídeo do leiloeiro oficial, possibilitando acesso às informações prestadas ao vivo, de modo a garantir a isonomia do certame. No caso de realização de Leilão presencial, a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, conforme §§ 2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 7.23.** Possuir infraestrutura necessária para atendimento da Contratante e dos arrematantes, em espaço próprio ou locado, em



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

qualquer município da Grande Vitória, com equipamentos de informática, acesso à internet, recursos e insumos de impressão e todos os demais necessários à prestação de perfeito, seguro e tempestivo atendimento, devida emissão, confrontação, conferência, assinaturas e entrega de Notas de Arrematação entre outros documentos necessários, na forma da lei.

7.24. No caso de leilão presencial ou eletrônico e presencial, o local para a realização do leilão deverá ser situado no Município da Serra, sendo necessária a anuência da CONTRATANTE.

7.25. Realizar o leilão em local, dia e hora previamente agendado, conforme o Edital de Leilão, obedecendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para visitação do local dos bens imóveis, antes da realização do leilão, reservada a contratante a faculdade do seu reagendamento.

7.26. Presidir os atos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos, com a devida prestação de contas;

7.27. Disponibilizar equipe de apoio no dia, hora e local, em caso de leilão presencial, para atendimento ao público e realização do evento.

7.28. Emitir a documentação exigível decorrente da arrematação, tais como:

- I. Nota de arrematação do bem imóvel arrematado, em nome do titular do lance vencedor;
- II. Comprovante de pagamento da arrematação do bem na forma prevista no Edital, encaminhado pelo arrematante;
- III. Outros documentos porventura exigidos pelo CONTRATANTE.

7.29. Receber diretamente do arrematante/comprador a comissão devida pela arrematação do bem no Leilão, na proporção de 5% (cinco por cento) do lance vencedor, conforme art. 24 do Decreto nº 22.427, de 1933 que alterou o Decreto 21.981/32;

7.30. Disponibilizar pessoal, por no mínimo 30 (trinta) dias úteis após o Leilão, para atender os arrematantes quanto ao cumprimento das exigências relacionadas ao Leilão, possibilitando a consolidação da transferência de titularidade do bem arrematado;

7.31. Providenciar documentos pertinentes ao imóvel arrematado e às partes contratantes junto aos Entes Públicos, bem como os respectivos protocolos e o acompanhamento até a conclusão da transferência definitiva do imóvel em nome do arrematante, nos cadastros do Município, dos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, da SPU e do INCRA, quando for o caso;

7.32. Exigir dos arrematantes a assinatura no instrumento de compra e venda, na escritura pública, referente ao imóvel arrematado, mediante notificações por escrito;

7.33. Prestar as informações solicitadas pelo setor requisitante ou Comissão constituída, antes, durante ou depois do Leilão, até a prestação de contas do Leilão;

7.34. Efetuar a publicação do resultado do Leilão nos mesmos meios relacionados no subitem 7.13, antes da entrega da Prestação de Contas ao CONTRATANTE, constando os nº dos lotes vendidos ou outros dados que permitam identificá-los.

7.35. Entregar a prestação de contas do Leilão contendo, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) Edital do Leilão assinado pelo leiloeiro contendo os anexos com a descrição do imóvel, preço mínimo pelo qual poderá ser alienado e relatório fotográfico do bem imóvel;
- b) Resumo do Edital de Leilão, publicado no Diário Oficial do Município da Serra e em Jornal de grande circulação.
- c) Comprovante de publicação do Edital de Leilão no sítio eletrônico oficial, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- d) Comprovante da afixação do Edital de Leilão em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração;
- e) Comprovar a realização de ampla publicidade do Leilão, por meio de catálogo virtual eletrônico, divulgando o evento em redes sociais, internet e outros meios de comunicação disponíveis à época, para aumentar a competitividade entre licitantes;
- f) Comprovar a disponibilização de pessoal para atender os interessados pelos lotes, a Administração e arrematantes em todo o processo do leilão até o registro da escritura pública em Cartório de Registro competente.
- g) Ata da sessão do Leilão
- h) Cópia das notas de arrematação dos bens arrematados;
- i) Cópia dos comprovantes de depósito/ quitação do bem imóvel arrematado no DUA da arrematação;
- j) Declaração do Leiloeiro, por lote, de que o arrematante cumpriu todas as condições e etapas necessárias à conclusão da arrematação;
- k) Relatório do dia do Leilão, contendo no mínimo os seguintes itens: nº do lote, status (vendido ou não vendido), tipo da venda (presencial ou on-line), descrição do bem, valor da avaliação inicial, valor da arrematação, CPF/CNPJ do



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- arrematante, UF do arrematante;
- l) Relatório sintético do Leilão contendo, no mínimo: total da avaliação inicial, total do valor arrematado, porcentagem da arrematação em relação à avaliação inicial, quantidade de lotes leiloados, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não pagos, quantidade de lances totais, quantidade de lances eletrônicos e presenciais;
 - m) Relatório analítico do Leilão, contendo no mínimo os seguintes itens: lote, descrição, valor da avaliação inicial, valor da arrematação, CPF/CNPJ do arrematante, UF do arrematante, detalhamento de lances por lote;
 - n) Relatório de detalhamento dos bens sobre os quais constem pendências administrativas e as notificações expedidas;
 - o) Prestação de contas deverá ser entregue em até 90 (noventa) dias corridos após a realização do leilão, informando à SEGEPLAN sobre eventuais pendências que impossibilitaram a entrega total da prestação de contas, sem prejuízo da responsabilidade pela resolução de pendências porventura identificadas;
 - p) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar à Administração ou a terceiros, ainda que de forma culposa, comissiva ou omissiva, decorrente de sua atividade, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata, sem prejuízo de demarcações e/ou penalidades aplicáveis;
 - q) Cumprir a legislação aplicável à execução do Leilão e às atividades previstas no contrato firmado;
 - r) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas quando do credenciamento, durante toda a execução do contrato;
 - s) Receber, diretamente do arrematante, a comissão devida pela arrematação do bem no Leilão, na proporção de 5% (cinco por cento) do lance vencedor, conforme parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;
 - t) O CONTRATADO obriga-se a restituir ao arrematante o valor pago a título de comissão, sem direito a reembolso pelo CONTRATANTE, nos casos em que a venda não for concretizada por ato de responsabilidade do CONTRATADO ou por fato superveniente;
 - u) Prestar os serviços sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Assegurar o acesso do Leiloeiro aos bens imóveis a serem leiloados, observando as normas vigentes.
- 8.2. Prestar as informações necessárias e disponíveis, quando demandado.
- 8.3. Exigir o cumprimento do serviço em conformidade às cláusulas do contrato.
- 8.4. Zelar pela qualidade do serviço, apurando eventuais reclamações recebidas, sem prejuízo das responsabilidades do CONTRATADO;
- 8.5. Notificar o Leiloeiro Oficial em caso de irregularidades na execução do serviço prestado, fixando prazo para correção pontual, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
- 8.6. Intervir na prestação do serviço, retomá-lo ou extinguir o contrato, se for o caso, conforme legislação vigente e condições contratuais.
- 8.7. Acompanhar e fiscalizar o contrato da prestação do serviço, aplicando penalidades quando cabíveis.
- 8.8. Designar formalmente o servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, competindo-lhe atestar a realização do serviço contratado, observando as disposições deste Contrato.
- 8.9. Cabe a Comissão Permanente para execução de Atos de Apoio ao Leilão deliberar sobre o relatório circunstanciado conclusivo do Leilão, onde deverão estar indicados e demonstrados de forma clara e objetiva, todos os eventos relacionados com o procedimento, inclusive a prestação de contas relativamente às despesas e receitas vinculadas ao leilão.
- 8.10. Cabe ao Município providenciar a publicação da divulgação do Edital e do resultado do Leilão, nos seguintes meios:
 - I- Sítio eletrônico oficial;
 - II- Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; e
 - III- Diário Oficial do Município da Serra.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.3. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);
- e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato);
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato/instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos, conforme Artigo 117, caput, Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO

11.1. Omitir ou prestar informações inverídicas aos interessados sobre os bens ou as condições de venda que resultem na posterior desistência do adquirente em realizar a compra;

11.2. Deixar de devolver a comissão paga pelo arrematante, no prazo de dois dias úteis da comunicação do fato, nos casos em que a providência for determinada;

- 11.2.1.** A cessão total ou parcial da prestação do serviço sem a anuência da contratante.
- 11.2.2.** Subestabelecimento total ou parcial da prestação do serviço contratado.
- 11.2.3.** Recusar em corrigir as falhas na prestação do serviço, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 14.133/2021;
- b) Código Civil;
- c) Código Penal;



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- d) Código Processo Civil;
- e) Código Processo Penal;
- f) Legislação Trabalhista e Previdenciária;
- g) Demais normas aplicáveis.

12.2. Fica ainda este Termo Contratual vinculado as condições do Termo de Referência do Processo de Credenciamento nº 356/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. É eleito o Foro da Comarca da Serra para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, Inciso XIX, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Serra-ES, ____ de _____ de 2024.

XXXXXXXXXX XXXXXXXXX
CONTRATADA

XXXXXXXXXX XXXXXXXXX
CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 356/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20256/2024 – SEGEPLAN

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

DADOS DO ASSINANTE DO CONTRATO	
NOME DO ASSINANTE DO CONTRATO:	
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR DO ASSINANTE DO CONTRATO:	
CPF DO ASSINANTE DO CONTRATO:	
CARGO:	NACIONALIDADE:
ENDEREÇO COMPLETO DO ASSINANTE DO CONTRATO:	
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:
DADOS DO PREPOSTO	
NOME COMPLETO:	
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR:	
CPF:	NACIONALIDADE:
CARGO:	
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:

Serra, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Proponente



CREDENCIAMENTO N.º xxx/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20256/2024 – SEGEPLAN

TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações e do Decreto Municipal nº 5.618/2023, a Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGEPLAN, realizará processo licitatório, na modalidade Credenciamento.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 6º, XXIII, a, i, LEI 14.133/2021)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **Credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação de serviços relacionados à alienação de bens imóveis de propriedade do Município da Serra/ES**, na forma definida pela legislação pertinente, sem ônus para Administração Pública Municipal, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGEPLAN, conforme especificações constantes neste documento.

1.2. O credenciamento de Leiloeiros Oficiais não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, tendo em vista que não existe custo para o Município. A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) do valor do imóvel arrematado e o pagamento será realizado pelo arrematante diretamente ao leiloeiro.

1.3. CATSERV

Os serviços de leiloeiros estão cadastrados na Lista CATSER, da seguinte forma:

Grupo de Serviço nº 859;
Classe Material nº 8599;
Código Material Serviço nº 3972

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 6º, XXIII, b, LEI 14.133/2021).

2.1. JUSTIFICATIVA

A Lei nº 2.356/2000 que dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo da Serra, prevê que cabe a Secretaria de Gestão e Planejamento – SEGEPLAN dentre outras atribuições à gestão do patrimônio do Município, portanto responsável também pela alienação de imóveis dominicais do Município.





O acervo imobiliário do Município dispõe de imóveis ociosos, desocupados e sem destinação pública, o que acarreta ônus a municipalidade, tais como a ocupação indevida, ocasionando custos com segurança e manutenções necessárias, além dos possíveis gastos quando da desocupação destes mediante indenização de posse.

Nesse sentido, a alienação de tais imóveis além de evitar os gastos mencionados propicia a captação de recursos financeiros, que possibilitará o direcionamento para outras necessidades públicas, atreladas à sua finalidade precípua do Município.

O Termo de Referência tem como objetivo demonstrar a necessidade de realização de credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação de serviços relacionados à alienação de bens imóveis de propriedade do Município da Serra/ES, por meio de licitação na modalidade Leilão público, sem ônus para Administração Pública Municipal, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas, com fundamento no inciso I, do art. 78, da Lei 14.133/2021.

Os serviços contratados abrangem todo o procedimento do Leilão, mediante prévia determinação da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGEPLAN, conforme necessidade da Administração Pública do Município da Serra.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ARTIGO 6º, XXIII, c, LEI 14.133/2021).

3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Em conformidade com a previsão prevista do art. 31 da Lei nº 14.133/21 o leilão poderá ser conduzido por leiloeiro oficial ou por servidor designado pela autoridade competente.

A contratação de Leiloeiros Oficiais poderá ocorrer mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão adotando o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados, conforme previsto no § 1º art. 31 da Lei nº 14.133/21.

Em caso, de servidor designado pela autoridade competente da Administração para conduzir Leilão será necessária licitação na modalidade pregão visando contratação de empresa para fornecimento de recursos de tecnologia da informação, visando à promoção e divulgação de leilão público por meio de plataforma de transação via web, para venda de bens do





Município.

3.2. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

A modalidade de credenciamento de Leiloeiro Público, permite ao Município contratar vários leiloeiros, observada a ordem de sorteio, para a realização do leilão público por meio de suas próprias plataformas de transação via web, e neste caso, o pagamento da comissão do Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) do valor do bem imóvel arrematado, realizado diretamente pelo arrematante. Neste caso, o Município somente recebe o valor do bem arrematado do imóvel, desonerando assim, o custo/tempo da máquina administrativa nas operações necessárias para realização das obrigações financeiras para com o leiloeiro.

Na modalidade pregão eletrônico para a contratação do leiloeiro, o Município contará somente com um leiloeiro, e deverá adotar na licitação o critério de julgamento de maior desconto para a comissão do leiloeiro, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados. Neste caso, o Município terá o encargo de receber o valor total apurado no leilão, para posterior realização de cálculo do valor a ser pago para leiloeiro, observada as condições previstas no edital.

Na possibilidade de servidor público ser designado para conduzir Leilão, o Município deverá fazer uma licitação para contratação de empresa para fornecimento de recursos de tecnologia da informação, visando à promoção e divulgação de leilão público por meio de plataforma de transação via web, para venda de bens imóveis do Município. Neste caso, o Município terá o encargo de pagar a empresa contratada o valor/percentual, na forma estipulados no contrato para utilização da respectiva plataforma de recursos de tecnologia da informação para realização de leilão, acrescido da necessidade de encontrar um servidor a ser designado para conduzir um leilão com conhecimentos, habilidade e experiência na condução de leilão.

3.3. REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Em relação a possibilidade da realização do credenciamento de Leiloeiro Público, com prazo indeterminado, que permite a rotatividade dos leiloeiros credenciados, obedecida as normativas de distribuição de serviços prevista em edital, acrescido de que o pagamento da comissão do Leiloeiro será realizado diretamente pelo arrematante do bem, desonerando o custos da máquina administrativa na realização das obrigações financeiras com o leiloeiro e além de ser dispensável a realização periódicas de novos certames para esta finalidade.

Nesse sentido, entendemos ser inviável as soluções de realização de:





- a) Pregão eletrônico para a contratação de único leiloeiro, com os critérios aserem previstos no edital anteriormente citados, visto que o município terão encargo de receber o valor total apurado no leilão, para posterior realização de cálculo do valor a ser pago para leiloeiro, neste caso aumentando o tempo e custo da máquina administrativa na finalização do Leilão, além de somente contar com um leiloeiro para a realização de todos os leilões e ainda há necessidade de realização periódica de novos certames;
- b) Na designação de servidor público para conduzir Leilão, o município deverá realizar licitação para o fornecimento de recursos de tecnologia de informação, visando à promoção e divulgação de leilão público por meio de plataforma de transação via web, para alienação de bens imóveis. Nesta possibilidade, o município terá o encargo de pagar a empresa contratada o valor e na forma estipulados no contrato para utilização da respectiva plataforma de realização de leilão, acrescido da necessidade de encontrar um servidor com conhecimentos e habilidade na condução de leilão, em vez de Leiloeiro Oficial que é um profissional especializado no tema e, com frequência, possui maior experiência na condução desse tipo de certame.

Após análise das alternativas para realização de leilões públicos para alienação de imóveis, entendemos que a solução mais adequada é efetuar a contratação de Leiloeiro Públicos devidamente registrados e regulares na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, por meio de credenciamento, com fundamentos no inciso I, do art. 78, da Lei 14.133/2021, possibilitando a realização de leilões públicos para alienação de imóveis de propriedade do Município da Serra de forma mais ampla, uma vez que contempla de forma igualitária a participação de todos os profissionais aptos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 6º, XXIII, d, LEI 14.133/2021).

4.1. DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

- 4.1.1. Poderão participar deste credenciamento os Leiloeiros Oficiais devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, de acordo com o art. 24 da Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial nº 17/2013, de 05/12/2013 (IN DREI nº 17/2013), e que atenderem a todas as exigências deste ETP e anexos.
- 4.1.2. Não será admitido o credenciamento individual de preposto, sendo que este somente poderá representar o Leiloeiro Oficial devidamente credenciado, quando de seus impedimentos legais comprovados, respeitado o disposto no art. 31 da IN DREI nº 17/2013.





4.1.3. Não será admitido credenciamento de leiloeiro associado a um ou mais leiloeiro, o que prejudica a isonomia na competição.

4.2. DOS IMPEDIMENTOS

4.2.1. Considera-se impedido de participar do credenciamento o leiloeiro oficial que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

- a) Seja servidor, ocupante de cargo em comissão, terceirizado ou estagiário de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Direta ou Indireta do Município da Serra, Espírito Santo;
- b) Esteja cumprindo as penalidades previstas no artigo 156, inciso III e IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, ainda que impostas por Ente Federativo diverso do Município da Serra, Espírito Santo;
- c) Esteja com sua inscrição de leiloeiro oficial suspensa na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES;
- d) Que não preencha as condições de credenciamento, quanto à capacidade técnica, jurídica ou regularidade fiscal especificadas no item 4.3 deste Termo de Referência;
- e) Que tenha sido descredenciado da prestação de serviço de leiloeiro oficial do Estado do ES nos últimos dois anos que antecedem o pedido de credenciamento, por processo deflagrado pela Administração Pública Municipal.
- f) Esteja associado a um ou mais leiloeiro, o que prejudica a isonomia na competição.

4.2.2. Os leiloeiros oficiais credenciados, bem como os integrantes da respectiva equipe, não poderão, em hipótese nenhuma, arrematar os bens em Leilão por eles mesmos realizados.

4.3. DO CREDENCIAMENTO

4.3.1. O Edital de Credenciamento e seus Anexos, encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser acessados por meio do link:
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, no sítio eletrônico do Município de Serra, cujo acesso poderá ser realizado pelo link:
<http://www.transparencia.serra.es.gov.br>.

4.3.2. O requerimento para habilitação dos interessados será feito das





xxh00min do dia **xx/xx/2024** até às xxh00min do dia **xx/xx/2024**, na plataforma Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

- 4.3.3.** A documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e declarações serão recebidas pela plataforma Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.
- 4.3.4.** O presente credenciamento ficará permanentemente aberto para novos interessados.
- 4.3.5.** Os requerimentos de novos credenciamentos não realizados no prazo previsto **no subitem 4.3.2**, poderão ser solicitados, a qualquer tempo, mediante envio da documentação de habilitação, através do link <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>
- 4.3.6.** As solicitações de novos credenciamentos serão analisadas e julgadas, no prazo de até 30 (trinta) dias, salvo força maior ou caso fortuito, cujo resultado será publicando em até 05 dias úteis da decisão, no Diário Oficial Município da Serra, bem como no Portal de Compras Públicas.
- 4.3.7.** O credenciamento de leiloeiros será analisado, fiscalizado e julgado pelo Agente de Contratação auxiliado pela Comissão Permanente Auxiliar para Assessoramento nas demais Modalidades de Licitação, em conformidade com as condições estipuladas neste Termo e seus Anexos.
- 4.3.8.** O Agente de Contratação auxiliado pela Comissão Permanente Auxiliar para Assessoramento nas demais Modalidades de Licitação, verificará se os documentos apresentados cumprem as condições de credenciamento, dos impedimentos, de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica, declarando o proponente habilitado, em caso positivo.
- 4.3.9.** Serão declarados inabilitados os interessados que não cumprirem com os requisitos e condições especificadas no subitem anterior deste Termo e no Edital de Credenciamento nº ____/____.
- 4.3.10.** O Agente de Contratação auxiliado pela Comissão Permanente Auxiliar para Assessoramento nas demais Modalidades de Licitação, divulgará no Diário Oficial Município da Serra e no site: <http://www.transparencia.serra.es.gov.br>, lista com o resultado do





credenciamento, cabendo recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data de divulgação.

- 4.3.11.** O Agente de Contratação auxiliado pela Comissão Permanente Auxiliar para Assessoramento nas demais Modalidades de Licitação, divulgará a lista definitiva dos habilitados, após a conclusão da análise dos eventuais recursos, pelos meios oficiais especificadas no subitem anterior.

4.4. FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

- 4.1.** A distribuição dos serviços se dará de acordo com as necessidades do CONTRATANTE.

4.1.2. Após a publicação da lista definitiva dos Leiloeiros Oficiais credenciados habilitados, será realizado sorteio entre todos, em sessão pública previamente agendada, para formação de lista de classificação, para posterior convocação para contratação da prestação dos serviços.

4.1.3. A lista de classificação dos Leiloeiros Oficiais credenciados ficará permanentemente disponibilizada no site eletrônico oficial do Município da Serra.

4.1.4. Respeitada a ordem de classificação, na convocação do Leiloeiro Oficial para assinatura do contrato serão informados o quantitativo e dados do(s) bem(ns) a serem leiloados e a forma de realização do leilão, ou seja, se eletrônico, eletrônico e presencial simultaneamente ou somente presencial e, neste último caso, desde que comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, respeitando os critérios previstos no presente instrumento;

4.1.5. É facultado ao Leiloeiro Oficial convocado para assinar o contrato, recusar o serviço, devendo justificar os motivos da recusa por meio de ofício, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação da convocação.

4.1.6. Em caso de recusa, será convocado o próximo Leiloeiro Oficial credenciado, observada a ordem de classificação.

4.1.7. O Leiloeiro Oficial que, por motivo justificado, não assinar o contrato para realização do Leilão na sua ordem de classificação, entrará na





próxima convocação de Leiloeiro Oficial, exceto se estiver suspenso ou impedido.

4.1.8. Os procedimentos pertinentes a convocação de Leiloeiros Oficiais credenciados e realização de novos certames poderão ocorrer concomitantes com o prazo de vigência de contrato com Leiloeiro credenciado antecedente.

4.1.9. O Leiloeiro Oficial contratado não poderá participar das convocações seguintes, até que todos os credenciados sejam contratados, ocasião em que as convocações serão reiniciadas contemplando todos os Leiloeiros credenciados.

4.1.10. O Leiloeiro Oficial credenciado que recusar o serviço por 03 (três) vezes durante a validade do credenciamento será descredenciado, independente do motivo.

4.1.11. Em caso de rescisão contratual, será realizada a convocação do próximo Leiloeiro Oficial credenciado, observados os critérios deste instrumento para distribuição.

4.2. INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES

4.2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, observado o disposto no artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão ser ofertados formalmente, por meio eletrônico, através do sistema Portal de Compras Públicas

4.2.2. Todas as decisões e termos de esclarecimentos referentes ao certame serão publicados no <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> no prazo legal, cabendo aos interessados manter o acompanhamento quanto às atualizações das informações

4.2.3. Em caso de acolhimento da impugnação, será publicado edital retificado.

4.2.4. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão do agente de contratação será motivada nos autos.

4.2.5. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria, no endereço eletrônico ouvidoria@serra.es.gov.br, para os usuário denunciarem eventuais irregularidades na execução do credenciamento.





5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ARTIGO 6º, XXIII, e, LEI 14.133/2021).

5.1. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE

5.1.1. O credenciamento vigorará por prazo indeterminado, com início a partir da publicação dos nomes dos leiloeiros credenciados.

5.1.2. Os contratos oriundos do credenciamento terão vigência a partir do dia subsequente ao da publicação do seu resumo no Diário Oficial pelo período de 12 (doze) meses, a ser estabelecido no respectivo instrumento de contrato, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração, sem prejuízo da obrigação de prestação de contas decada leilão e demais obrigações do contratado.

5.1.3. Os contratos poderão ser prorrogados, excecionalmente, dentro dos limites previstos pela Lei Federal 14.133/21.

5.2. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

5.2.1. Assegurar o acesso do Leiloeiro aos bens imóveis a serem leiloados, observando as normas vigentes.

5.2.2. Prestar as informações necessárias e disponíveis, quando demandado.

5.2.3. Exigir o cumprimento do serviço em conformidade às cláusulas do contrato.

5.2.4. Zelar pela qualidade do serviço, apurando eventuais reclamações recebidas, sem prejuízo das responsabilidades do CONTRATADO;

5.2.5. Notificar o Leiloeiro Oficial em caso de irregularidades na execução do serviço prestado, fixando prazo para correção pontual, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.

5.2.6. Intervir na prestação do serviço, retomá-lo ou extinguir o contrato, se for o caso, conforme legislação vigente e condições contratuais.

5.2.7. Acompanhar e fiscalizar o contrato da prestação do serviço, aplicando penalidades quando cabíveis.

5.2.8. Designar formalmente o servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato,





competindo- lhe atestar a realização do serviço contratado, observando as disposições deste Contrato.

5.2.9. Cabe a Comissão Permanente para execução de Atos de Apoio ao Leilão deliberar sobre o relatório circunstanciado conclusivo do Leilão, onde deverão estar indicados e demonstrados de forma clara e objetiva, todos os eventos relacionados com o procedimento, inclusive a prestação de contas relativamente às despesas e receitas vinculadas ao leilão.

5.2.10. Cabe ao Município providenciar a publicação da divulgação do Edital e do resultado do Leilão, nos seguintes meios:

- I - sítio eletrônico oficial;
- II - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; e
- III - Diário Oficial do Município da Serra.

5.3. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 5.3.1.** Prestar serviços de leiloeiro nos leilões de imóveis de propriedade do Município da Serra/ES, observando as disposições da Lei 14.133/21 e suas atualizações e as regras do Edital de Credenciamento, bem como os demais dispositivos legais pertinentes à matéria;
- 5.3.2.** Promover Leilão na forma eletrônica ou eletrônica e presencial simultaneamente ou somente presencial, previamente definido pelo CONTRATANTE;
- 5.3.3.** Disponibilizar o Leilão eletrônico, o Leilão eletrônico e presencial, em tempo real à ocorrência do presencial, com transmissão de áudio e vídeo do leiloeiro oficial, possibilitando acesso às informações prestadas ao vivo, de modo a garantir a isonomia do certame. No caso de realização de Leilão presencial, a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, conforme § 2º e § 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.3.4.** Disponibilizar representantes para acompanhar a Comissão Permanente para Execução de Atos de Apoio ao Leilão da contratante no período que antecede o Leilão, inclusive quando do período de visitação do imóvel para informações aos interessados;
- 5.3.5.** Identificar, vistoriar, avaliar, cadastrar e fotografar os lotes dos bens imóveis, sendo facultada a consulta por escrito a CONTRATANTE em caso de dúvidas, sem transferência de responsabilidades ao CONTRATANTE;





- 5.3.6.** As fotos dos bens imóveis devem contemplar no mínimo a frente, ambos os lados, fundos e interior, sendo necessário no mínimo 10 (dez) fotos por imóvel sem edificações e nos casos de imóveis edificadas tantas fotos quanto necessárias a fim de possibilitar a visualização de todos os cômodos do imóvel.
- 5.3.7.** Conferir as informações e documentos recebidos relativos aos imóveis, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei.
- 5.3.8.** Verificar junto aos Entes Públicos a existência de débitos, impedimentos judiciais, administrativos e congêneres, comunicando à SEGEPLAN as ocorrências encontradas, sem prejuízo da sua inteira responsabilidade quanto às informações relacionadas às pendências e/ou irregularidade sem todos os meios de divulgação do Leilão, ou seja, catálogos, sites, panfletos e afins;
- 5.3.9.** Elaborar a minuta do edital do leilão contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- I. Descrição do bem imóvel, com suas características, situação e divisas, com remissão às matrículas e aos registros;
 - II. Registros fotográficos dos bens conforme previsto no subitem 5.3.5.
 - III. Valor pelo qual o bem foi avaliado, preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, condições de pagamento, comissão do leiloeiro oficial e valor da caução;
 - IV. Indicação do lugar onde está localizado o bem imóvel a ser leiloadado, para visita dos interessados possam, em data e horário estabelecidos;
 - V. Sítio da internet e período em que ocorrerá o Leilão;
 - VI. Especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências de qualquer natureza existentes sobre o bem a ser leiloadado;
 - VII. Critério de julgamento das propostas pelo maior lance, nos termos do inciso V do art. 33 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - VIII. Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação a lances intermediários, quando admitidos, quanto a lance que cobrir a melhor oferta;





IX. Data do Leilão, com horário de início de sua realização e endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento;

X. Modo de disputa;

XI. Possibilidade ou vedação de envio de lances intermediários;

XII. Condições e requisitos para exercício do direito de preferência de que trata o art. 77 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando cabível;

XIII. A outorga de escritura pública e do registro em cartório competente, cabendo ao arrematante todas as despesas incidentes sobre o negócio.

XIV. Hipóteses de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

5.3.10. As informações de que trata o subitem 5.3.16. serão inseridas no sistema pelo Leiloeiro.

5.3.11. O prazo fixado para abertura do Leilão e o envio de lances não será inferior a 15 (quinze) dias úteis, contado a partir da data de divulgação do Edital.

5.3.12. A Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

5.3.13. Proceder a publicação da divulgação do Edital e do resultado do Leilão, às suas expensas, nos seguintes meios:

I. Jornal de grande circulação; e

II. Afixação em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração;

5.3.14. Efetuar ampla publicidade do Leilão, divulgando o evento em redes sociais, internet e outros meios de comunicação disponíveis à época, para dar ampla publicidade ao certame e aumentar a competitividade entre licitantes, nos termos do § 3º do art. 31 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.15. Disponibilizar, por meio eletrônico, o Leilão, para lances prévios, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de realização do Leilão;





- 5.3.16.** Disponibilizar catálogo virtual para Leilão, mediante a aprovação da SEGEPLAN quanto à sua formatação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis que antecedem a data de realização do Leilão, contendo no mínimo:
- I. Listagem dos bens imóveis do Leilão, constando, entre outros, o nº do lote, endereço, área, matrícula cartorial, restrições, ônus, gravames e valor do lance inicial;
 - II. Data do Leilão, com horário de início e previsão de término;
 - III. Endereço eletrônico para visualização dos bens e realização do leilão;
 - IV. Locais de visitação dos bens, com data, horário de início e término das visitas;
 - V. Endereço do escritório, na Grande Vitória, telefones e e-mails de contato do leiloeiro, para dirimir dúvidas e realizarem-se os atendimentos aos arrematantes e à Contratante;
 - VI. Informações e condições gerais sobre o Leilão (Resumo do Edital de Leilão);
 - VII. Outras informações pertinentes.
- 5.3.17.** Disponibilizar, no site de realização do Leilão, as informações pertinentes, sob exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, contendo:
- I. Todos os itens previstos no catálogo virtual para Leilão, especificados no subitem 5.3.16;
 - II. Edital do Leilão;
 - III. Orientações aos arrematantes, no site do leilão ou ainda em outros instrumentos de divulgação, quanto aos mecanismos corretos e seguros de pagamento, visando combater falsificações e quaisquer tentativas de fraude;
- 5.3.18.** A ausência de divulgação, da descrição correta e de restrições que recaiam sobre os bens são de inteira responsabilidade do leiloeiro oficial.
- 5.3.19.** Obedecer ao prazo para visitação dos lotes, sendo, no mínimo, 08 (oito) dias antes da data de realização do Leilão definido pela CONTRATANTE no Edital, vedado o Leilão de qualquer lote sem o atendimento deste prazo e do prazo para a respectiva publicidade.





- 5.3.20.** Disponibilizar representantes para acompanhar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão da contratante e também para atendimentos aos visitantes interessados nos bens especificados no certame, no local e pelo prazo de visitação definidos no Edital de Leilão.
- 5.3.21.** Possuir rede lógica com acesso à internet, equipamentos de informática, som, recursos de projeção de imagem, impressão e outros necessários à perfeita, segura e tempestiva realização do certame eletrônico com transmissão ao vivo do leiloeiro em atividade;
- 5.3.22.** Disponibilizar o Leilão eletrônico ou o Leilão eletrônico e presencial, em tempo real à ocorrência do presencial, com transmissão de áudio e vídeo do leiloeiro oficial, possibilitando acesso às informações prestadas ao vivo, de modo a garantir a isonomia do certame. No caso de realização de Leilão presencial, a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, conforme §§ 2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.3.23.** Possuir infraestrutura necessária para atendimento da Contratante e dos arrematantes, em espaço próprio ou locado, em qualquer município da Grande Vitória, com equipamentos de informática, acesso à internet, recursos e insumos de impressão e todos os demais necessários à prestação de perfeito, seguro e tempestivo atendimento, devida emissão, confrontação, conferência, assinaturas e entrega de Notas de Arrematação entre outros documentos necessários, na forma da lei.
- 5.3.24.** No caso de leilão presencial ou eletrônico e presencial, o local para a realização do leilão deverá ser situado no Município da Serra, sendo necessária a anuência da CONTRATANTE.
- 5.3.25.** Realizar o leilão em local, dia e hora previamente agendado, conforme o Edital de Leilão, obedecendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para visitação do local dos bens imóveis, antes da realização do leilão, reservada a contratante a faculdade do seu reagendamento.
- 5.3.26.** Presidir os atos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos, com a devida prestação de contas;
- 5.3.27.** Disponibilizar equipe de apoio no dia, hora e local, em caso de leilão presencial, para atendimento ao público e realização do evento.
- 5.3.28.** Emitir a documentação exigível decorrente da arrematação, tais como:





- I. Nota de arrematação do bem imóvel arrematado, em nome do titular do lance vencedor;
- II. Comprovante de pagamento da arrematação do bem na forma prevista no Edital, encaminhado pelo arrematante;
- III. Outros documentos porventura exigidos pelo CONTRATANTE.

5.3.29. Receber diretamente do arrematante/comprador a comissão devida pela arrematação do bem no Leilão, na proporção de 5% (cinco por cento) do lance vencedor, conforme art. 24 do Decreto nº 22.427, de 1933 que alterou o Decreto 21.981/32;

5.3.30. Disponibilizar pessoal, por no mínimo 30 (trinta) dias úteis após o Leilão, para atender os arrematantes quanto ao cumprimento das exigências relacionadas ao Leilão, possibilitando a consolidação da transferência de titularidade do bem arrematado;

5.3.31. Providenciar documentos pertinentes ao imóvel arrematado e às partes contratantes junto aos Entes Públicos, bem como os respectivos protocolos e o acompanhamento até a conclusão da transferência definitiva do imóvel em nome do arrematante, nos cadastros do Município, dos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, da SPU e do INCRA, quando for o caso;

5.3.32. Exigir dos arrematantes a assinatura no instrumento de compra e venda, na escritura pública, referente ao imóvel arrematado, mediante notificações por escrito;

5.3.33. Prestar as informações solicitadas pelo setor requisitante ou Comissão constituída, antes, durante ou depois do Leilão, até a prestação de contas do Leilão;

5.3.34. Efetuar a publicação do resultado do Leilão nos mesmos meios relacionados no subitem 5.3.13., antes da entrega da Prestação de Contas ao CONTRATANTE, constando os nº dos lotes vendidos ou outros dados que permitam identificá-los.

5.3.35. Entregar a prestação de contas do Leilão contendo, no mínimo, os seguintes documentos:

5.3.35.1. edital do Leilão assinado pelo leiloeiro contendo os anexos com a descrição do imóvel preço mínimo pelo qual poderá ser alienado e relatório fotográfico do bem imóvel;

5.3.35.2. resumo do Edital de Leilão, publicado no Diário Oficial do





Município da Serra e em Jornal de grande circulação.

- 5.3.35.3. Comprovante de publicação do Edital de Leilão no sítio eletrônico oficial, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- 5.3.35.4. Comprovante da afixação do Edital de Leilão em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração;
- 5.3.35.5. Comprovar a realização de ampla publicidade do Leilão, por meio de catálogo virtual eletrônico, divulgando o evento em redes sociais, internet e outros meios de comunicação disponíveis à época, para aumentar a competitividade entre licitantes;
- 5.3.35.6. Comprovar a disponibilização de pessoal para atender os interessados pelos lotes, a Administração e arrematantes em todo o processo do leilão até o registro da escritura pública em Cartório de Registro competente.
- 5.3.35.7. Ata da sessão do Leilão
- 5.3.35.8. Cópia das notas de arrematação dos bens arrematados;
- 5.3.35.9. Cópia dos comprovantes de depósito/ quitação do bem imóvel arrematado no DUA da arrematação;
- 5.3.35.10. Declaração do Leiloeiro, por lote, de que o arrematante cumpriu todas as condições e etapas necessárias à conclusão da arrematação;
- 5.3.35.11. Relatório do dia do Leilão, contendo no mínimo os seguintes itens: nº do lote, status (vendido ou não vendido), tipo da venda (presencial ou on-line), descrição do bem, valor da avaliação inicial, valor da arrematação, CPF/CNPJ do arrematante, UF do arrematante;
- 5.3.35.12. Relatório sintético do Leilão contendo, no mínimo: total da avaliação inicial, total do valor arrematado, porcentagem da arrematação em relação à avaliação inicial, quantidade de lotes leiloados, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não pagos, quantidade de lances totais, quantidade de lances eletrônicos e presenciais;
- 5.3.35.13. Relatório analítico do Leilão, contendo no mínimo os seguintes itens: lote, descrição, valor da avaliação inicial, valor da arrematação, CPF/CNPJ do arrematante, UF do arrematante, detalhamento de lances por lote;





- 5.3.35.14. Relatório de detalhamento dos bens sobre os quais constem pendências administrativas e as notificações expedidas;
- 5.3.35.15. Prestação de contas deverá ser entregue em até 90 (noventa) dias corridos após a realização do leilão, informando à SEGEPLAN sobre eventuais pendências que impossibilitaram a entrega total da prestação de contas, sem prejuízo da responsabilidade pela resolução de pendências porventura identificadas;
- 5.3.35.16. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar à Administração ou a terceiros, ainda que de forma culposa, comissiva ou omissiva, decorrente de sua atividade, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata, sem prejuízo de demais sanções e/ou penalidades aplicáveis;
- 5.3.35.17. Cumprir a legislação aplicável à execução do Leilão e às atividades previstas no contrato firmado;
- 5.3.35.18. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas quando do credenciamento, durante toda a execução do contrato;
- 5.3.35.19. Receber, diretamente do arrematante, a comissão devida pela arrematação do bem no Leilão, na proporção de 5% (cinco por cento) do lance vencedor, conforme parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;
- 5.3.35.20. O CONTRATADO obriga-se a restituir ao arrematante o valor pago a título de comissão, sem direito a reembolso pelo CONTRATANTE, nos casos em que a venda não for concretizada por ato de responsabilidade do CONTRATADO ou por fato superveniente;
- 5.3.35.21. Prestar os serviços sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (ARTIGO 6º, XXIII, f, LEI 14.133/2021)

- 6.1.** O contrato/instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato/instrumento equivalente, o cronograma de execução será





prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. FISCALIZAÇÃO

6.5.1. A execução do contrato/instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos, conforme Artigo 117, caput, Lei 14.133/2021.

6.6. GESTOR DO CONTRATO

6.6.1. O gestor do contrato/instrumento equivalente coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato/instrumento equivalente.

6.6.2. A SEGEPLAN designará um gestor e um fiscal que registrarão possíveis ocorrências durante a entrega e ateste do recebimento para efeito de liquidação da despesa e determinarão o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas ao superior competente para a adoção das medidas convenientes.

6.6.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade única, integral e exclusiva da EMPRESA, no que concerne ao objeto deste documento, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, produto inadequado, danificado ou de qualidade inferior e, na ocorrência dessas, não implica corresponsabilidade da SEGEPLAN ou de seus agentes e prepostos.

6.7. EXTINÇÃO DO CONTRATO NOS SEGUINTE CASOS

6.7.1. Omitir ou prestar informações inverídicas aos interessados sobre os bens ou as condições de venda que resultem na posterior desistência do adquirente em realizar a compra;

6.7.2. Deixar de devolver a comissão paga pelo arrematante, no prazo de dois





dias úteis da comunicação do fato, nos casos em que a providência for determinada;

- 6.7.3. A cessão total ou parcial da prestação do serviço sem a anuência da contratante.
- 6.7.4. Substabelecimento total ou parcial da prestação do serviço contratado.
- 6.7.5. Recusar em corrigir as falhas na prestação do serviço, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ARTIGO 6º, XXIII, g, LEI 14.133/2021)

7.1. REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO

- 7.1.1. O leiloeiro terá direito a receber a comissão de 5% (cinco por cento) para bens imóveis, a ser paga pelo arrematante, nos termos do Decreto n.º 21.981, de 1923.
- 7.1.2. Não caberá à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por cobrança de comissões devidas pelos arrematantes, nem por despesas despendidas pelo Leiloeiro Oficial para recebê-las.

7.2. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 7.2.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;
- 7.2.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 7.2.3.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 7.2.3.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 7.2.3.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 7.2.3.4. Deixar de apresentar amostra;
 - 7.2.3.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as





especificações do edital.

7.2.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

7.2.4.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.2.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

7.2.6. Fraudar a licitação;

7.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

7.2.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

7.2.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

7.2.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

7.3. Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

7.4. Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.5. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens





prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.

d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).

e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).

f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.6. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.7. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





7.8. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Administração Municipal.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

8.1. Não conhecemos a totalidade de quantitativo possível de imóveis municipais a serem indicados para alienação. Atualmente temos conhecimento de um imóvel dominical com a devida autorização legislativa para alienação, por meio de leilão público.

8.2. O credenciamento possibilitará a contratação do Leiloeiro Oficial devidamente credenciado, de acordo com a demanda específica da Administração Pública, na realização de leilões.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ARTIGO 6º, XXIII, h, LEI 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO.

10. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

10.1.1. Conforme modelo constante do Anexo II.

10.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.2.1. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Cópia de cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional (Habilitação, ou Passaporte, ou Carteira Profissional);





- b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como, Comprovante de situação cadastral do CPF, que pode ser obtido no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);
- c) Certidão da matrícula na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, emitida em data posterior a publicação do Edital de Credenciamento, comprovando o registro naquela junta como Leiloeiro Oficial, bem como sua regularidade para o exercício da serventia, na forma das disposições do Decreto n.º 21.981/32;
- d) Certidão emitida pelo Cartório de Distribuição do domicílio do leiloeiro referentes à área cível e criminal, da Justiça Estadual;
- e) Certidão emitida pelo Cartório de Distribuição do domicílio do leiloeiro referentes a execução fiscal;
- f) Certidão emitida pelo Cartório de Distribuição do domicílio do leiloeiro referentes à Certidão emitida pela Justiça Federal;
- g) Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida em seu domicílio, emitida, no máximo nos 60 (sessenta) dias anteriores a data prevista para a realização deste credenciamento;

10.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.3.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, referente à Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, que poderá ser solicitada no site <http://receita.economia.gov.br>;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, que poderá ser solicitada no site <https://internet.sefaz.es.gov.br>;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal referente ao domicílio do interessado; que poderá ser retirada no site <http://www.serra.es.gov.br>.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que poderá ser retirada no site <http://www.tst.jus.br>.
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de





Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF, ou, se não for empregador, declaração nestes termos; <https://www.fgts.gov.br/>

10.4.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1. Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação de que o proponente presta ou prestou, sem restrição, serviço de natureza semelhante ao objeto do credenciamento, ou seja, ter realizado Leilão de Bens Imóveis.

a) Os atestados apresentados deverão conter o nome, CNPJ, endereço, telefone e e-mail dos declarantes e ser devidamente assinados;

10.4.2. Termo de Compromisso, conforme modelo constante do Anexo III;

10.5.DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

10.5.1. Declaração de Infraestrutura, conforme modelo constante do Anexo IV, expedida pelo proponente, de que possui condições de realizar Leilões "online", com transmissão ao vivo de áudio e vídeo simultaneamente, atendendo às seguintes exigências:

- I. Possibilitar, no Leilão eletrônico, a projeção em tela de tamanho visível elegível a todos os participantes do Leilão presencial, da descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, ou ainda os ofertados via internet, bem como dos lotes que não receberam lances após serem ofertados;
- II. Possibilitar o Leilão on-line, com transmissão ao vivo de áudio e vídeo do leiloeiro no momento do leilão;
- III. Possibilitar a realização do Leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet;
- IV. Possuir mecanismo que permita a apresentação somente de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote;
- V. Possibilitar que a cada lance, via internet, seja o participante informado, de imediato, do recebimento do lance ofertado;
- VI. Deter disponibilidade de site que possibilite a realização de Leilão pela internet, inclusive com lances on-line, e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados;





10.5.2. Declaração, expedida pelo proponente, de que divulgará o evento em endereço eletrônico e outros meios para ampliar a publicidade e a competitividade da Leilão, contendo no mínimo os quantitativos e características dos bens e lotes, fotos, edital, contatos do leiloeiro, bem como afixar o edital do Leilão em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração.

10.5.3. Declaração, expedida pelo proponente, de que todas as despesas inerentes à execução dos leilões correrão por sua conta, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do Leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à SEGEPLAN nenhuma responsabilização;

10.5.4. Declaração DE CIÊNCIA, expedida pelo proponente, de que não será devida pela Administração nenhuma comissão ao Leiloeiro;

10.5.5. Declaração, expedida pelo proponente indicando o endereço eletrônico por meio do qual realizará os leilões. Deverá constar da declaração, conforme o caso concreto, que a página possui todos os requisitos de segurança e confiabilidade para a realização de leilões atendendo aos requisitos do edital em referência.

10.5.6. Declaração, expedida pelo proponente, de que não é servidor, ocupante de cargo em comissão, terceirizado ou estagiário de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Direta ou Indireta do Município da Serra, Espírito Santo.

10.6. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

10.6.1. O Agente de Contratação examinará a documentação apresentada, decidirá sobre a habilitação ou inabilitação dos proponentes, no **prazo de até 15 (quinze) dias úteis**, e dará ciência da decisão e de sua motivação no Diário Oficial do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico do Município de Serra, cujo acesso poderá ser realizado pelo link: <http://www.transparencia.serra.es.gov.br> e na plataforma Portal de Compras Públicas, no link: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>,

10.6.2. O agente de contratação poderá solicitar esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.





- 10.6.3.** Em caso de indeferimento da solicitação de credenciamento, caberá recurso da decisão do agente de contratação, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação da decisão de indeferimento.
- 10.6.4.** O recurso deverá ser interposto perante o agente de contratação que prolatou a decisão, exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, sendo-lhe facultado retratar-se no prazo de 3 (três) dias úteis, caso em que poderá pedir a complementação da documentação ou esclarecimentos sob pena de novo indeferimento.
- 10.6.5.** Se a decisão recorrida for mantida, o recurso será encaminhado para julgamento da autoridade superior responsável pelo certame ou ao qual a gestão do contrato esteja vinculada ou ocupante de cargo equivalente.
- 10.6.6.** O indeferimento do pedido de credenciamento não inibe a sua reapresentação pelo interessado, condicionado ao preenchimento da exigência não atendida no pleito anterior.
- 10.6.7.** Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Agente de Contratação considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município da Serra, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente
- 10.6.8.** O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

11. DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

- 11.1.** Recusa injustificada em assinar o Instrumento Contratual para realização do Leilão;
- 11.2.** Recusa do serviço, independente do motivo, por 03 (três) vezes durante a validade do credenciamento;
- 11.3.** Omissão de informações para obter credenciamento;





- 11.4. Falsidade ideológica;
- 11.5. Decretação de falência ou insolvência civil;
- 11.6. A pedido do credenciado.

12. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 12.1. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.
- 12.2. O CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) às quais se submeterão as contratações, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
 - b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução da contratação, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
 - c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à execução contratual, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto contratado, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.
- 12.3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.





- 12.4. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o seu tratamento e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, eliminará completamente esses dados (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

13. DOCUMENTOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo I – Termo de compromisso de Manutenção de Sigilo respeito à legislação de proteção de dados
Anexo II - Requerimento de Credenciamento;
Anexo III - Termo de Compromisso do Leiloeiro;
Anexo V - Declaração do Leiloeiro/Infraestrutura.

14. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

- 14.1. Em tempo, é oportuno mencionar que o Termo de Referência foi confeccionado com base no Estudo Técnico Preliminar desenvolvido pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, e com base na Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 5.618/2023, o que corrobora o compromisso com o planejamento nas contratações públicas por parte da Secretaria Requisitante.

SERRA (ES), 15 de agosto de 2024

Elaborado por:

Viviane Valentina Vervloet
Comissão Permanente de Assessoramento de Licitação
Departamento de Administração de Materiais –
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento

Revisado por:

Valéria Firme Menezes
Diretora de Patrimônio





15. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Com base nas justificativas técnicas e nos argumentos apresentados, aprovo este Termo de Referência.

Ricardo Savacini Pandolfi
Secretário Municipal de Gestão e Planejamento





CREDENCIAMENTO N.º xxx/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20256/2024 – SEGEPLAN

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Prefeitura Municipal da Serra, resolve firmar com a CONTRATADA o presente TERMO DE COMPROMISSO, com as seguintes cláusulas e condições:

Considerando que em razão do presente Termo de Referência, a CONTRATADA terá acesso a informações sensíveis e/ou sigilosas da municipalidade e de seus servidores, evidencia-se a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção de forma a cumprir todas a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

DO OBJETO:

Constitui objeto do presente o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis, documentos e materiais sigilosos, disponibilizadas por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do presente TERMO.

DAS RESPONSABILIDADES:

A <Nome da Empresa>, sediada em <Endereço Completo>, inscrita no CNPJ sob o nº <Número do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA.

Declara para os devidos fins, que por ter acesso e utilizar as informações cedidas por força do presente contrato, estas serão restritas à sua execução, não revelando, copiando, transmitindo, reproduzindo, transportando, alterando ou dando conhecimento a terceiros, bem como não permitindo que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso indevido de informações sensíveis ou sigilosas ou efetue qualquer procedimento que não se enquadre aos estritos termos do contrato e que não estejam de acordo com a LGPD.

As restrições impostas por este TERMO não se aplicam a INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público e/ou tenham sido comprovada e legitimamente recebidas de terceiros e/ou sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Município, somente até a extensão de tais ordens.

DAS PUNIÇÕES:

A CONTRATADA poderá responder civil e criminalmente pela quebra do sigilo das informações sensíveis ou sigilosas, ainda que por omissão, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

Serra, XX de XXXXXXX de 20XX.

<Representante Legal> <Cargo>





PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º xxx/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20256/2024 – SEGEPLAN

ANEXO II

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Vimos requerer nosso credenciamento, em conformidade com o Edital SEGEPLAN N.º XXX/XXXX, Juntando a documentação exigida devidamente rubricada e assinada:

NOME:	
CPF:	IDENTIDADE (C/ÓRGÃO EXPEDIDOR):
Nº INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE/UF:
TELEFONE:	CELULAR:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

Em atenção ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/1988, DECLARO EXPRESSAMENTE, sob as penas da lei, que não emprego em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito anos e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos.

Ressalva:

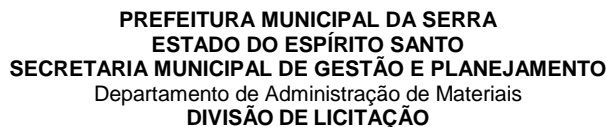
Eu, _____, Leiloeiro Oficial, inscrito na JUCEES sob a matrícula de nº _____, declaro que emprego menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes.

Observação: apenas em caso aplicável, o declarante deverá preencher a ressalva acima.

Serra, _____ de _____ de _____.

Assinatura







CREDENCIAMENTO N.º xxx/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20256/2024 – SEGEPLAN

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO LEILOEIRO

O (A) Senhor (a) _____, _____ (qualificação) _____, Leiloeiro Oficial com registro na Junta Comercial do _____ sob o n.º _____, identidade civil n.º _____, CPF/MF n.º _____, com endereço profissional na rua _____, considerando edital de credenciamento para atuarmos Leilões de bens móveis promovidos pela SEGEPLAN, doravante designado LEILOEIRO, na forma do que preceitua o Decreto n.º 21.981/32, IN DREI n.º 17/2013, e a Lei n.º 14.133/21 e alterações, DECLARA, para fins de participação no processo de credenciamento de leiloeiros oficiais, que detém a infraestrutura necessária para a realização de Leilões presenciais ou eletrônicos ou eletrônicos e presenciais simultaneamente de bens Imóveis, de forma transparente, confiável e segura, atendendo, entre outros requisitos exigidos no Edital, os seguintes:

Possuir condições de realizar Leilões presenciais ou, eletrônicos ou eletrônicos e presenciais, com transmissão ao vivo de áudio e vídeo simultaneamente, atendendo às seguintes exigências:

- a) Possibilitar, a projeção em tela de tamanho visível e legível a todos os participantes do Leilão presencial, da descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, ou ainda os ofertados via internet, bem como dos lotes que não receberam lances após serem ofertados;
- b) Possibilitar o Leilão on-line, com transmissão ao vivo de áudio e vídeo do leiloeiro no momento do leilão;
- c) Possibilitar a realização do Leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet, e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente;
- d) Possuir mecanismo que permita a apresentação somente de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote;
- e) Possibilitar que a cada lance, via internet ou presencial, seja o participante informado, de imediato, do recebimento do lance ofertado;
- f) Possuir site próprio, como titular do domínio, ou deter disponibilidade de site que possibilite a realização de Leilão pela internet, inclusive com lances on-line, e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados;
- g) Divulgar o evento em endereço eletrônico, bem como em material impresso e outros meios de comunicação de grande alcance, de forma a conter, no mínimo, as seguintes informações: características dos bens; fotos; editais; contatos do leiloeiro e outros;





PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Departamento de Administração de Materiais
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- h) Estar ciente de que TODAS as despesas inerentes à execução dos leilões correrão por sua conta, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do Leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à SEGEPLAN nenhuma responsabilização;
- i) Estar ciente de que não será devida pela Administração nenhuma comissão ao Leiloeiro;
- j) Deter a disponibilidade página de leilão internet, indicando o respectivo endereço eletrônico;
- k) Deverá constar da declaração, conforme o caso concreto, que a página possui todos os requisitos de segurança e confiabilidade para a realização de leilões e que foi utilizada, pelo candidato à habilitação, para prestação de serviços a contratante pretérito sem apresentar problemas de segurança, nem de operação;
- l) Declarar de que não é servidor, ocupante de cargo em comissão, terceirizado ou estagiário de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Direta ou Indireta do Município da Serra, Espírito Santo;
- m) Possuir local para a realização do Leilão presencial ou simultaneamente presencial e eletrônico, à sua expensa, devendo ter capacidade mínima para 100 pessoas, possuir ambiente climatizado e de fácil acesso, rede lógica com acesso à internet, equipamentos de informática, som, recursos de projeção de imagem, impressão e outros necessários à perfeita, segura e tempestiva realização do certame presencial, eletrônico, ou ambos simultaneamente, com transmissão ao vivo do leiloeiro em atividade;
- n) Possuir infraestrutura necessária para atendimento da Contratante e dos arrematantes, em espaço próprio ou locado, em imóvel comercial, com equipamentos de informática, acesso à internet, recursos e insumos de impressão e todos os demais necessários à prestação de perfeito, seguro e tempestivo atendimento, devida emissão, confrontação, conferência, assinaturas e entrega de Notas de Arrematação, Termo de Entrega, entre outros documentos necessários, na forma da lei;
- o) A infraestrutura de atendimento poderá ser localizada em qualquer município da Grande Vitória.
- Por ser verdade, firmo o presente.

LOCAL E DATA.

NOME E ASSINATURA DO LEILOEIRO OFICIAL REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL N.º



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 31003100320039003500390035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **VIVIANE VALENTINA VERVLOET** em 06/09/2024 14:37

Checksum: **B51627DDD4DE399DF04F08B687452D2E0B980986803E718787A33193C66418C9**

Assinado eletronicamente por **Ricardo Savacini Pandolfi** em 06/09/2024 15:03

Checksum: **3256239C223EB589E9EEA6EB694B97B19E0C10C040C22D8B4CB350405E44CABD**

Assinado eletronicamente por **Valéria Firme de Menezes** em 06/09/2024 15:28

Checksum: **CF5B95EFA337E5FFA106EFECA48605F1D6BDF4355A007754D91AB3A915D5A223**



Autenticar documento em <https://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 31003100320039003500390035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.